

SÉRIE ANTROPOLOGIA

128

**OS GRANDES EMPREENDIMENTOS
AGROPECUÁRIOS NA AMAZÔNIA
(Relatório Parcial)**

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

**Brasília
1992**

Este trabalho foi escrito originalmente no primeiro semestre de 1979, como relatório (parcial) de pesquisa do Projeto "Grandes Empreendimentos Agropecuários da Amazônia", coordenado pela Profª. Dra. Francisca Keller. Sua publicação treze anos mais tarde se justifica pelo caráter ainda inédito dos dados então levantados, devido à interrupção da pesquisa após a morte prematura da Profª. Francisca. Neste sentido, gostaria de dedicar o trabalho à memória da Profª. Francisca cujas idéias em muito contribuíram para a interpretação aqui desenvolvida.

OS GRANDES EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS DA AMAZÔNIA (RELATÓRIO PARCIAL)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Introdução

O presente relatório é fruto do levantamento que fizemos em Barra do Garças, durante as duas primeiras semanas de fevereiro de 1979, como parte do trabalho que realizamos no âmbito do Projeto de Pesquisa sobre os "Grandes Empreendimentos Agropecuários da Amazônia", sob a coordenação da Profa. Dra. Francisca Keller¹.

Nesta primeira ida ao campo não houve possibilidades de visitarmos nenhum destes empreendimentos e nosso trabalho restringiu-se à confecção de alguns contatos com as autoridades locais (o prefeito, o comandante da Base Aérea, e políticos em geral), com representantes das instituições financiadoras e dos órgãos públicos responsáveis pela arrecadação fiscal no município, bem como à realização de uma série de entrevistas com os diversos agentes sociais de alguma maneira atingidos pelos reflexos da política de ocupação da amazônica na região.

Embora os Projetos Fundiários cumpram um importante papel no desenvolvimento regional e seu confronto com as S/A, como são chamados na região os empreendimentos agropecuários beneficiados pelos Incentivos Fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), esteja referido à um importante debate sobre a ocupação da Amazônia — entre a pequena e a grande propriedade² —, que aparece com destaque no discurso dos agentes sociais locais, não serão objeto de análise neste trabalho³. As referências que fazemos aqui a estes empreendimentos limitam-se aqueles aspectos diretamente relacionados com o desenvolvimento das S/A.

Nestas circunstâncias, dividimos o relatório em três partes. Na primeira faremos uma breve caracterização da cidade de Barra do Garças e do seu crescimento nos últimos anos, principalmente, no que se refere ao período posterior a criação da SUDAM. Na segunda parte, que consideramos o núcleo deste trabalho, tratamos de descrever a situação das S/A e fazemos algumas indagações sobre as perspectivas de desenvolvimento destas empresas com base na análise das representações que os agentes sociais locais fazem destes empreendimentos confrontadas com alguns dados secundários fornecidos pela SUDAM, ou pelas próprias empresas, e com informações obtidas nas diversas instituições, públicas ou privadas, que se fazem representar na região. Além disto, na última parte, ainda tentamos elaborar um primeiro esboço de classificação destes empreendimentos.

-
- 1 Agradecemos à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que financiou o trabalho de pesquisa, e à CAPES que, através da concessão de uma Bolsa de Estudos no período, possibilitou o nosso engajamento na pesquisa.
 - 2 Sobre a origem deste debate durante o Estado Novo e o seu desenvolvimento nos anos mais recentes ver Shelton Davis, *Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil*, ed. Zahar, 1978.
 - 3 Para melhores informações sobre a situação destes empreendimentos na região ver Cardoso de Oliveira (1981; s.d.a; s.d.b).

O Município

Sem dúvida nenhuma o município de Barra do Garças foi um dos mais atingidos pela atual política de ocupação da amazônia e seu crescimento nos últimos anos salta aos olhos de qualquer observador. Como veremos, embora o interesse do governo pela região não seja recente foi nos anos 70 que o município sofreu as maiores transformações tornando-se uma das grandes forças políticas do Estado do Mato Grosso.

A história de Barra do Garça se confunde com a do garimpo que se desenvolveu no Alto Araguaia no início de nosso século e deu origem a vários povoados. Em 1924 o Cel. Antônio Cristino Cortes (pai de Ladislau Cristino Cortes, deputado federal pela ARENA e um dos políticos mais importantes do município) e Francisco Dourado, acompanhados de alguns garimpeiros, se instalam na região e fundam o Povoado de Barra do Garças. Em 1935 o povoado passa à categoria de vila e em 1948 passa a ser a sede do município, que na época era o maior do Brasil com 212 mil quilômetros quadrados⁴, dando-lhe o seu nome⁵.

Com o declínio do garimpo Barra do Garças passou longos anos sem que a cidade ou município mudassem muito. Este período de estagnação só foi interrompido em 1943 com a chegada da Expedição Roncador Xingú que no ano seguinte seria transformada em Fundação Brasil Central (FBC)⁶. A atuação da FBC deu novo impulso ao município, principalmente no que se refere aos serviços de infra-estrutura; construção de estradas, planejamento urbano (na sede do município), e etc... Contudo, o grande crescimento econômico da região tem início em meados dos anos sessenta com a criação do Programa de Incentivos Fiscais da SUDAM a partir de outubro de 1966. Esta política, que na região representou a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, foi seguida pelo desenvolvimento de projetos fundiários, na década de setenta, acelerando o crescimento econômico do município e dando um novo perfil à sociedade local.

Alguns dados nos parecem significativos deste processo:

1) A inauguração da primeira agência do Banco do Brasil (BB)⁷ na região data de 1964 e, de lá para cá, já teve suas edificações substituídas duas vezes por imóveis de maior porte (a primeira construção era apenas um pequeno barraco, depois uma casa grande e, atualmente, um edifício de dois andares) sendo que o prédio atual já é

4 Depois do desmembramento de Luciara e General Carneiro em 1955 e da posterior autonomia de São Félix do Araguaia o município passou a ter 121.000 Km². Nos anos oitenta o município foi novamente subdividido, com a criação dos municípios de Nova Xavantina, Água Boa e Canarana.

5 O antigo município chamava-se Araguaiana cuja sede ficava na atual vila de mesmo nome.

6 Em 1964 a Fundação Brasil Central foi transformada, pelo governo Castelo Branco, em Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

7 Além do Banco do Brasil, o Banco da Amazônia (BASA) também tem uma atuação importante na região, principalmente no que se refere aos grandes empreendimentos agropecuários, como repassador dos investimentos do FINAM. Contudo a agência local do BASA recusou-se a nos fornecer dados concretos sobre as suas aplicações na região e, por isto, deixamos de apresentar uma explanação mais detalhada quanto à sua atuação na área.

considerado obsoleto e o BB já está construindo outro, de quatro andares, para ser acoplado àquele.

Embora a atuação do Banco do Brasil não seja muito significativa em relação aos empreendimentos agropecuários beneficiados pelos Incentivos Fiscais da SUDAM, seus programas de crédito foram de grande importância na implantação dos projetos fundiários e alcançam boa parte dos fazendeiros⁸ da região. Só para se ter uma idéia, apenas nos projetos agrícolas ou pecuários concedidos através da EMATER, o Banco do Brasil já investiu cerca de Cr\$ 174.000.000,00⁹. Inclusive, de acordo com o diretor da DIRAM¹⁰ estava prevista a inauguração de mais uma agência (ou posto de serviço) em São Félix do Araguaia, antigo distrito de Barra do Garças.

Por outro lado, se mapearmos as aplicações da DIRAM nos últimos anos, através dos diversos tipos de crédito, notaremos que o Estado de Mato Grosso tem sido o maior beneficiário do banco mesmo levando-se em consideração que o forte de sua produção é a agropecuária (Tabelas I e II).

TABELA I
Aplicações da DIRAM
(CREGE, CREAM, CACEX, CAMBIO, CL)
Cr\$ em milhões (1974 a 1977)

ESTADOS	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Acre	58,3	100,0	61,2	104,9	95,2	163,3	180,5	309,6
Amazonas	490,2	100,0	630,1	128,5	933,0	190,3	1.674,7	341,6
Maranhão	493,1	100,0	990,2	200,8	1.637,0	332,0	2.275,1	461,4
Mato Grosso	1.928,3	100,0	4.124,6	213,9	7.930,9	411,3	12.804,8	664,0
Ceará	552,4	100,0	972,5	176,1	2.133,2	386,2	3.409,9	617,3
Amapá	29,4	100,0	42,6	144,9	86,0	292,5	172,2	585,7
Rondônia	23,5	100,0	47,1	200,4	175,3	745,9	450,6	1.917,4
Roraima	29,1	100,0	63,3	217,5	168,1	577,7	282,3	970,1
Região	3.604,3	100,0	6.931,6	192,2	13.158,7	365,1	21.250,1	598,6

-
- 8 Fazendeiros é o termo utilizado pela população da região para identificar os antigos (tradicionais) pecuaristas (e às vezes os agricultores) que, tendo a propriedade da terra, organizam seus empreendimentos de forma individual ou de sociedade limitada.
- 9 Além da EMATER existem cerca de cinco empresas particulares na região que mantêm convênio com o Banco do Brasil e, ao lado da assistência técnica cumprem função de fiscalização dos projetos econômicos financiados pelo Banco do Brasil.
- 10 1ª Diretoria Operacional do Banco do Brasil cuja jurisdição abrange toda a amazônia legal (com exceção do norte de Goiás).

TABELA II
Aplicações da DIRAM: Créditos Rurais (agricultura e pecuária)
Cr\$ em milhões (1974 à 1977)

ESTADOS	1974	%	1975	%	1976	%	1977	%
Acre	19,7	100,0	23,9	121,3	63,9	324,4	119,0	604,1
Amazonas	34,8	100,0	67,4	193,7	148,8	427,6	320,5	920,9
Maranhão	213,7	100,0	449,6	194,0	791,9	341,8	1.234,9	532,9
Mato Grosso	1.494,6	100,0	3.319,2	222,1	6.580,6	440,3	10.568,4	707,1
Ceará	229,4	100,0	439,8	191,7	1.126,6	491,1	2.035,9	887,5
Amapá	8,2	100,0	10,6	129,3	24,5	298,8	68,6	836,6
Rondônia	8,9	100,0	27,0	303,4	136,2	1.530,3	296,7	3.333,7
Roraima	12,6	100,0	37,9	300,8	104,2	826,9	211,3	1.676,9
Região	2.039,9	100,0	4.375,4	214,5	8.976,7	440,1	14.855,3	728,2

Obs.: As Tabelas I e II foram reproduzidas da Revista Moedas e Finanças - Abril/Junho de 1978 (p.22). Editora e Publicidade LTDA.

Como nos mostram as Tabelas acima, apesar da taxa de crescimento das aplicações do Banco do Brasil em Mato Grosso ter sido inferior às de Roraima e Rondônia, manteve-se acima da média da região e os financiamentos que recebeu representam, respectivamente, 60,3% das aplicações de todas as linhas de crédito do Banco e 71,1% das aplicações do crédito rural na área de jurisdição da DIRAM. Embora estes dados digam respeito ao antigo Estado do Mato Grosso (incluindo também o atual Estado do Mato Grosso do Sul) temos razões para crer que Barra do Garças é responsável por uma parcela substancial destes investimentos pois, segundo a mesma revista (Moedas e Finanças), além de ser o maior município produtor de arroz sequeiro em todo o mundo (com cerca de 3,5 milhões de sacas de 60 quilos) e um dos maiores em número de bovinos (com 1,2 milhão de cabeças de gado), a agência do Banco do Brasil no município é uma das maiores do país com um volume de aplicações superior à dois bilhões de cruzeiros (Moedas e Finanças, 1978: 71)¹¹.

2) O crescimento populacional de Barra do Garças é absolutamente impressionante e está ligado de maneira direta à política de ocupação da Amazônia do governo pós-64.

TABELA III
População de Barra do Garças nos últimos anos

Anos	População total	Zona Urbana	Zona Rural
1965	14.081	—	—
1970	26.570	10.217	16.353
1978	136.000*	35.000	100.000

OBS.: Os dados referentes a 1965 e 1970 foram retirados do Censo Demográfico de Mato Grosso (IBGE). Enquanto os dados para 1978 foram retirados da revista Gazeta nº 6 e são aproximados.

*De acordo com a revista Moedas e Finanças (Abril/Junho de 1978) a população do município em 1978 seria de aproximadamente 150.000 pessoas.

11 As agências do BRADESCO, do BAMERINDUS, e do ITAÚ, que também se instalaram na região nos últimos anos, tem papel secundário na economia regional.

TABELA IV
Evolução dos Migrantes em Barra do Garças

Migrantes por sexo	Até 1965	1965	1966	1967	1968	1969	1970	Total
Homens	3.731	606	237	455	738	619	2.046	8.432
Mulheres	3.192	486	246	350	631	463	1.314	6.682
TOTAL	6.923	1.092	483	805	1.369	1.082	3.360	15.114

OBS.: Estes dados foram retirados do Censo Demográfico do Estado de Mato Grosso (IBGE).

TABELA V
Percentual de Migrantes, Por Sexo, a Cada Ano

	Até 1965	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Homens	53%	59%	49%	56%	54%	57%	61%
Mulheres	47%	41%	51%	44%	46%	43%	39%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

OBS.: Estes números foram calculados a partir dos dados fornecidos pelo Censo Demográfico do Estado de Mato Grosso (IBGE).

Como pode-se ver na Tabela III a população de Barra do Garças em 1978 é pouco mais de nove vezes a população do município em 1965. Por outro lado, entre 1965 e 1970, quando foram implantados os primeiros empreendimentos agropecuários beneficiados pelos Incentivos Fiscais da SUDAM na região, o número de migrantes aumentou consideravelmente, trazendo um número de pessoas superior ao dobro do total de migrantes até 1965. Neste sentido, o aumento de migrantes do sexo masculino a partir do mesmo ano (com exceção de 1966) vem confirmar a nossa correlação entre a política do governo para a região e o incremento populacional; pois, a grande maioria dos trabalhadores que atuam durante a fase de implantação destas empresas são recrutados em outros estados e vem sem a família¹².

De resto, o supercrescimento demográfico verificado a partir de 1970 deve ser atribuído à revitalização das S/A e ao desenvolvimento dos projetos fundiários que foram implementados a partir de então.

3) Embora não tenhamos muitos dados concretos sobre o desenvolvimento do comércio e da indústria no município, sabe-se que já existem pelo menos duas indústrias, — Frigorífico Bourdon e Drurys —, sendo implantadas na região¹³ e que a receita total de vendas obtida pelo comércio em 1960 (Cr\$ 25.393.000,00) é inferior ao ICM pago pelo setor em 1978¹⁴.

12 Para melhores informações sobre o sistema de recrutamento dos peões (como são chamados estes trabalhadores) e as condições de trabalho à que estão submetidos, ver o artigo de Esterici (1977).

13 Até o início dos anos setenta não havia indústria alguma no Município.

14 Estes dados foram obtidos na Exatoria de Barra do Garças.

As S/A

"Aqui em Barra do Garças, o mais bobo dá nó em pingo d'água e ainda esconde a ponta".

O ditado popular que introduz esta seção, acionado com frequência na região, traduz, de certa forma, as representações da população local sobre a atitude dos agentes sociais frente aos seus empreendimentos e transações econômicas; o "dom" de passar os outros para traz, a capacidade de driblar as instituições financeiras responsáveis pela execução dos programas de crédito que beneficiam a região, enfim, a desconfiança como norma da ação econômica. Poderíamos dizer, seguindo o raciocínio expresso acima que o Barragarcense¹⁵ "gosta de levar vantagem em tudo". Como não poderia deixar de ser, a percepção da população regional sobre as S/A está permeada por estas representações e é neste contexto que se cristalizam as diversas versões sobre a situação e o desenvolvimento destes empreendimentos.

1 - O Sistema de Financiamento

O sistema de financiamento destes empreendimentos agropecuários foi o ponto de partida de nossas indagações junto as agências financiadoras e, de certa maneira, pode ser considerado o pano de fundo das reflexões desenvolvidas por nossos informantes em boa parte das entrevistas que realizamos.

De acordo com a SUDAM, através de um de seus diretores em Brasília, os projetos agropecuários sob a sua supervisão preveem 75% de Incentivos Fiscais, que são parcelados pela SUDAM, e 25% de recursos próprios (a cargo do interessado), dos quais 5% tem que ser acionados na primeira etapa do projeto¹⁶. Desta forma, nosso primeiro problema estava relacionado com o caráter e o significado da categoria recursos próprios: a) estes recursos significariam a parcela do investimento sobre a qual os empresários não poderiam obter qualquer tipo de financiamento (estou me referindo as linhas de crédito especiais das instituições governamentais); ou, b) discriminaria apenas a parcela não financiada pela SUDAM, mas cujo financiamento poderia ser conseguido através dos programas de crédito especial fornecidos por outras instituições do governo?

A tendência dos representantes locais das instituições governamentais, reguladoras dos programas de crédito agropecuário, era apontar a primeira alternativa como a mais correta. De um modo geral, afirmavam que no caso de uma S/A requisitar financiamento no âmbito destes programas (PROTERRA, POLOCENTRO, POLOAMAZÔNIA, e etc...) só teria sucesso se abdicasse dos Incentivos Fiscais da SUDAM. Entretanto, como encontramos algumas empresas nesta situação, que além dos Incentivos Fiscais, haviam conseguido financiamento do POLOCENTRO¹⁷, voltamos a questionar o sub-gerente do BASA sobre o assunto. Nesta ocasião fomos informados de que o único requisito para que qualquer destes empreendimentos tivesse

15 Consideramos como Barragarcense todos os indivíduos que, independentemente de sua naturalidade, habitam a região.

16 Não tenho certeza se estes 5% tem que ser diretamente aplicados no empreendimento ou se são depositados na SUDAM a guisa de garantia.

17 Dados obtidos nos arquivos da EMATER que funciona como órgão de elaboração de projetos e prestação de serviços agropecuários, bem como de fiscalização de parte dos projetos beneficiados pelo POLOCENTRO.

acesso as linhas de crédito especial do Banco era a comprovação de ausência de recursos da SUDAM destinados a execução das tarefas para as quais o financiamento estava sendo pedido. Assim sendo, embora não se possa assegurar que a parcela do investimento sob a rubrica de recursos próprios seja integralmente beneficiada pelas linhas de crédito especial estabelecidas pelo governo, não há dúvida de que a possibilidade de um financiamento parcial é evidente¹⁸.

Revedo nossos dados de campo o que nos chamou mais atenção foi o fato de que, com exceção dos prepostos das S/A na área, quase todos os informantes quando inquiridos sobre a situação das agropecuárias supervisionadas pela SUDAM na região, apontavam para o fracasso destes empreendimentos;

"A maioria das S/A fracassou..."

"A maior parte das S/A tem uma produção irrisória..."

"A situação de 90% dos pecuaristas é realmente crítica..."

"...70% das agropecuárias fracassaram..., apenas 10 ou 20 empresas, no máximo, foram bem sucedidas e tem boa produção..."

Após esta constatação, poderíamos resumir as razões atribuídas por estes indivíduos ao fracasso das S/A nos seguintes pontos:

— desvio dos Incentivos Fiscais (normalmente para o sul do país sendo que, de acordo com o discurso dos informantes, Rio e São Paulo seriam os estados mais beneficiados por estes desvios);

— má fiscalização por parte da SUDAM da aplicação dos Incentivos Fiscais e do desenvolvimento dos projetos;

— especulação imobiliária como principal investimento destas empresas na região.

Apenas um informante apesar de concordar com o desenvolvimento pouco satisfatório destes empreendimentos não atribuía o insucesso às razões mencionadas acima. Segundo o seu depoimento realmente houve desvio dos Incentivos Fiscais para o sul do país mas, além do problema já ter sido sanado, as empresas não eram responsáveis por esta situação. O desvio era proporcionado pelos escritórios de captação de recursos que faziam o repasse dos Incentivos Fiscais até a criação do FINAM. A seu ver, estes escritórios cobravam uma comissão muito alta, prejudicando, principalmente, as pequenas empresas que, não raro, chegavam a pagar de 30% à 40% sobre o total do capital levantado. Contudo, se seu raciocínio estivesse correto era de se esperar que a partir da criação do FINAM, em 1974, o número de projetos aprovados pela SUDAM teria aumentado consideravelmente.

18 Além disto, como assinaei noutra lugar (1981) algumas S/A se beneficiam indiretamente destes recursos através do arrendamento de suas terras para os colonos dos projetos fundiários como estratégia para formar pastagens a baixo custo.

QUADRO I
Número de Projetos Aprovados Pela SUDAM no Nortematogrossense
Discriminados Anualmente Até Julho de 1978

Ano de Aprovação	Número de Projetos	Percentagem %
1966	1	1,0
1967	13	13,3
1968	9	9,2
1969	18	18,4
1970	23	23,5
1971	16	16,3
1972	6	6,1
1973	3	3,1
1974	2	2,0
1975	2	2,0
1976	3	3,1
1977	—	—
1978	2	2,0
TOTAL	98	100,0

OBS.: O Quadro foi elaborado com base na relação de projetos aprovados fornecida pela SUDAM.

Observando-se o Quadro acima nota-se que o ano com maior número de aprovações de projetos foi o de 1970 e, se daí em diante o número diminuiu, a partir de 1974 a aprovação de projetos passou a ser mínima. Por outro lado, de acordo com outros informantes, a criação do FINAM só serviu para dificultar ainda mais o acesso aos Incentivos Fiscais por parte das pequenas empresas pois, teria-se trocado a maior autonomia dos grandes empreendimentos frente aos escritórios de captação de recursos¹⁹ por uma hierarquia de prestígio dentro da instituição alocadora dos Incentivos Fiscais, que beneficiam estas últimas²⁰.

De fato, a grande maioria das acusações de desvio dos Incentivos Fiscais não se apoiavam no sistema de financiamento das S/A nem nos critérios de alocação destes recursos. Em quase todas entrevistas os desvios dos Incentivos Fiscais aparecem como uma ação premeditada pelos empresários, que apresentariam seus projetos à SUDAM com o objetivo de conseguir recursos para serem aplicados no sul do país²¹. Assim, segundo os informantes, esta situação é sustentada através do suborno dos fiscais da SUDAM que, como indica o depoimento de um advogado regional, já está institucionalizado e atinge, inclusive, os empreendimentos que estão em dia com os seus projetos:

19 A maior parte das grandes empresas tinha seus próprios escritórios para este fim.

20 Ainda neste sentido, de acordo com o diretor da TOPLANAGRO (empresa de elaboração de projetos e assistência técnica agropecuária), a criação do FINAM não foi suficiente para abolir os intermediários na distribuição dos Incentivos Fiscais. Pois, a cerca de um ano e meio ele foi procurado por um indivíduo que identificou-se como especialista na liberação dos recursos do FINAM, oferecendo os seus serviços em troca de uma comissão de 20% sobre o total do capital liberado.

21 É interessante notar que o mesmo tipo de acusação é feita aos fazendeiros da região quanto a utilização dos recursos do crédito agrícola, que dizem ser aplicado no Open Market.

"... todos os fiscais da SUDAM são corruptos. Os fiscais trabalham em duplas que fazem a vistoria nas fazendas. Os dois fiscais vão visitar a empresa num avião da SUDAM e mesmo que o empreendimento esteja absolutamente de acordo com o projeto, depois de fazerem a vistoria os fiscais pedem uma verba de Cr\$ 12.000,00 com o pretexto de pagamento do avião..."²²

Neste último caso, parece ser mais negócio para a empresa pagar a quantia exigida pelos fiscais do que arriscar a ter suspensa a remessa dos Incentivos Fiscais em decorrência de um relatório desfavorável dos funcionários da SUDAM. Pois, até provar a intenção dos fiscais o prejuízo sofrido pelo empreendimento seria bem superior à quantia gasta no suborno.

A especulação imobiliária, também atribuída à estes empreendimentos, completa o quadro explicativo do fracasso das S/A nas palavras dos atores sociais desvinculados destas empresas. Além de aplicar os Incentivos Fiscais noutros estados, — fora da área de atuação da SUDAM, as S/A contariam com a valorização da terra como mais uma fonte de lucro do investimento²³. Neste contexto, é curioso notar que alguns destes empreendimentos estão investindo em projetos fundiários, em parte de suas terras, ao lado da agropecuária²⁴. Aliás, esta parece ser uma boa alternativa para alguns destes empreendimentos, pois, um advogado da CURUÁ — empresa que abdicou dos Incentivos Fiscais da SUDAM após a criação do FINAM — afirmou que além do projeto fundiário que estava sendo implantado numa parte das terras da empresa, a CURUÁ estava planejando a implantação de mais dois ou três projetos em outras áreas do município.

Segundo o representante da CURUÁ a maior parte dos empreendimentos agropecuários da região não recebem mais os Incentivos Fiscais da SUDAM e, poderíamos dizer, que do seu ponto de vista o fracasso não foi das S/A mas da política de Incentivos Fiscais do governo (SUDAM). Para ele o principal defeito desta política diz respeito ao atraso na liberação das parcelas dos Incentivos Fiscais, que inviabilizam o empreendimento²⁵. Mas suas críticas à SUDAM não se resumem a isto. A seu ver a SUDAM impõe exigências que não condizem com a realidade como, por exemplo, o problema do número de empregados e do nível salarial dos mesmos. De acordo com o seu depoimento a SUDAM obriga a contratação de um empregado para cada tarefa e estabelece os salários em Cr\$ 1.500,00 (aqui ele só pode estar se referindo aos trabalhadores braçais e (ou) aos vaqueiros) o que é incompatível com o pleno

22 Segundo o informante este sistema de suborno lhe foi relatado por alguns clientes, que são altos funcionários das S/A.

23 Devido ao apoio dado pelo governo à região, através dos diversos programas econômicos que visam facilitar a ocupação da amazônia, o preço médio do hectare de terra no município tem subido muito nos últimos anos.

24 De acordo com um funcionário destas empresas, nestes casos o lucro é puramente econômico. A empresa faz toda a parte de infraestrutura da nova colônia, conforme a regulamentação do INCRA (demarcação dos lotes, construção de casas, estradas, escola e etc...) e vende os lotes aos colonos, que dentro de dois anos, mais ou menos quando a empresa já não tem mais qualquer vínculo com a colônia, devem associar-se à uma cooperativa.

25 A propósito, dois funcionários de empresas de elaboração de projetos e assistência técnica agropecuária (estas empresas atuam junto aos fazendeiros da região e, ou, as empresas colonizadoras, mas não prestam serviço às S/A), também apontaram a demora na liberação dos Incentivos Fiscais como uma das razões do fracasso das S/A.

desenvolvimento da empresa pois, a esta só interessaria a contratação de empregados polivalentes com salários de "Cr\$ 4.000,00", "senão você tem que ter 150 empregados na fazenda e não compensa".

Ainda no bojo das críticas ao sistema de financiamento da SUDAM e à situação das S/A existe uma posição que, sem entrar no mérito do nível de desenvolvimento destes empreendimentos, atenta para uma característica da ocupação territorial das S/A através da qual os sócios do FINAM (e a SUDAM) são enganados em benefício dos maiores acionistas destas empresas. A este respeito uma de nossas entrevistas é bastante ilustrativa:

"... o grande golpe das S/A é o seguinte: se a empresa tem uns cem mil hectares, que corresponde à quarenta mil alqueires paulistas, ela pega uns doze mil alqueires e coloca no projeto da SUDAM. Acontece que estes doze mil alqueires ficam bem no centro da área total do lote, que é muito maior. Assim a empresa constrói toda a parte de infraestrutura (prédio da administração, campo de pouso, oficinas e etc...) naqueles doze mil alqueires, e com os Incentivos Fiscais da SUDAM o empresário toca pra frente a empresa toda, cuja maior parte é de propriedade exclusivamente sua. Assim o empresário passa a perna nos acionistas do FINAM. Ao mesmo tempo que o FINAM financia o desenvolvimento do empreendimento total só tem sociedade numa pequena parte que, em geral, é a menos produtiva..."

Nestes casos, poderíamos dizer que há um desvio de Incentivos Fiscais qualitativamente diferente dos desvios mencionados até aqui. Ao contrário dos tipos de desvio assinalados por outros informantes, este é feito dentro do mesmo setor de produção (a agropecuária), na mesma região (para não dizer dentro do mesmo empreendimento), e não implica no fracasso destas empresas enquanto produtoras de bens agropecuários.

Embora não tenhamos dados para todos os empreendimentos que permitam a confrontação do tamanho da área de ocupação com o da área prevista nos projetos, de acordo com o Quadro abaixo pelo menos onze empresas poderiam ser enquadradas no sistema de organização econômica descrito por nosso informante.

QUADRO II

Relação das Empresas de Acordo Com os Seguintes Dados:

Ano de Implantação, Localidade, Área de Ocupação, Área do Projeto, e Capital Social Autorizado

Empresa	Ano de Implantação do Projeto	Localidade	Área de Ocupação (Ha)	Área do Projeto (Ha)	Capital Social Autorizado (Cr\$ em milhões)
Agropecuária Suiá Missu	1966	S. Félix do Araguaia	500.000	217.000	358,0
Codeara	1967	Luciara	150.000	81.744	40,6
Agropasa	1967	S. Félix do Araguaia	—	48.165	19,2
Agropecuária Tapirapé	1970	Luciara	—	27.614 *	88,8
Agropecuária Porto Velho	1967	Luciara	49.994 *	49.994	24,0

Agropecuária Três Marias	1968	B. Garças	20.000 *	20.000	16,2
Agropecuária Foltran	1967	B. Garças	—	13.741	42,8
Urupianga Agropecuária	1968	Luciara	—	50.468	33,2
Agropastorial Couto Magalhães	1968	B. Garças	—	52.676	38,9
Agropecuária Duas Âncoras	1968	B. Garças	—	23.005	14,6
Agropecuária 7 de Setembro	1968	B. Garças	—	18.582	8,0
Agropecuária Médio Araguaia (Agropema)	1968	B. Garças	—	11.370	2,0
Agropastoril Sul da Amazônia	1968	B. Garças	65.340	24.200	5,9
Joaçaba Agropecuária	1969	B. Garças	-	9.744	5,8
Agropecuária Alvorada Mato grossense (APAME)	1969	B. Garças	29.703 *	29.703	5,8
Agropecuária Ema	1969	B. Garças	-	8.952	2,0
Codema Cia. de Des. Agropecuário de-MG	1969	B. Garças	—	9.774	3,1
Agropecuária Sogaúcha	1969	B. Garças	—	26.300	7,4
Santa Luzia Agropecuária	1969	B. Garças	—	4.930	12,5
Fazenda Canguru Agropecuária	1969	B. Garças	33.562	20.000	2,9
Agropecuária Santa Sílvia	1969	B. Garças	—	39.574	59,3
Agropecuária Fazenda Nova Viena	1969	B. Garças	—	29.503	87,4
AGROINSA P. Califórnia Comércio e Indústria	1969	B. Garças	—	29.831	4,3
Agropecuária Local	1969	B. Garças	—	19.680	5,6
ARENOVA Agropecuária Nova Amazônia	1969	Luciara	—	68.843	36,0
Agropecuária Duas Pontes	1969	B. Garças	—	8.951	1,1
Didori Agropecuária	1969	B. Garças	—	18.772	8,0
LAGRO Fazenda Presidente	1969	Luciara	29.446	29.446	26,8
ABREULANDIA Cia Agropecuaria Brasil Central-	1969	B. Garças	—	12.724	6,7
Ativa Agropecuária	1970	B. Garças	—	9.671	5,4
Fazenda Nova Kênia	1970	B. Garças	—	29.503	7,7
Agropecuária Brasil Novo	1970	B. Garças	—	27.905	8,0
Agropecuária Kamakavi	1970	B. Garças	40.000	25.000	75,9

Agropecuária Planalto AGROPLASA	1970	B. Garças	—	—	5,9
Agropecuária Barra do Garças	1970	B. Garças	—	9.998	6,4
COREBRASA Col. Repres. do Brasil	1967	B. Garças	—	52.272 *	16,5
Agropecuária RONCADOR (Fazenda Jaú)	1970	B. Garças	—	24.251	7,2
APECO Agropecuária Colorado S/A	1970	B. Garças	10.000	5.413	2,0
FAASA Fazendas Associadas do Araguaia	1969	B. Garças	—	10.000	4,7
Agropecuária São João da Liberdade	1970	Luciara	33.081	30.300	82,0
Agropecuária Rio Manso	1970	B. Garças	—	11.502	3,1
Agropecuária S.Judas Tadeu	1970	Luciara	33.618	33.000	8,0
Agropecuária Rio Fontoura	1970	B. Garças	—	14.864	36,8
Agropecuária Tracajá	1970	B. Garças	—	29.880	5,1
Agropecuária Independência	1970	B. Garças	—	9.719	2,0
CODEBRA (Mudou de nome)	1970	Luciara	31.110 *	30.000 *	21,3
Norte Pastoril Matogrossense	1970	Luciara	—	25.210	8,0
Agropecuária Atuiubi	1970	B. Garças	19.936 *	19.936	8,0
Agropecuária Sete Barras	1970	B. Garças	19.360 *	19.360	32,0
CODESGA Cia. Des. Garapú	1970	B. Garças	9.000	9.000	4,3
Agropastoril Campo Verde	1970	Luciara	64.819	30.000	8,8
CIAGRA Cia. Agropecuária Aruanã	1970	B. Garças	—	39.811	75,4
COLBRASA	1970	Luciara	24.969 *	24.969 *	9,2
Agropecuária Bela Vista S/A	1971	B. Garças	36.125 *	36.125 *	6,1
Agropecuária Remanso Açú	1971	B. Garças	—	14.160	22,3
Agropecuária Araxingú	1971	B. Garças	—	39.944	6,1
CODESP Cia. de Des. da Pecuária	1971	B. Garças	—	20.000	10,4
Agropecuária Uirapuru	1971	B. Garças	—	32.673	7,3

SAPECA Agropecuária Cajaíba	1971	B. Garças	—	51.511	69,1
Agropecuária Suiá- Xingú	1971	B. Garças	—	20.000	8,4
Agropecuária Industrial Campinas	1971	B. Garças	—	29.889	55,8
AGROVAS Agropecuária Vale do Suiá	1971	B. Garças	—	21.065	10,7
Agropecuária Guanabara	1967	B. Garças	—	25.800 *	55,0
COBRASA Col. Repres. Brasil S/A	1971	Luciara	—	—	12,4
Agropecuária Bonança Açú	1971	B. Garças	—	26.975	47,1
RIMA Rio Manso Agropecuária	1971	B. Garças	—	29.152	5,4
Agropecuária Piraguassú	1971	Luciara	72.341	52.373	71,2
Agropecuária Moreiras	1971	B. Garças	-	26.711	13,1
Tangará Agropastoril	1971	B. Garças	—	10.730	2,3
Cia. Agropecuária União Paulista	1971	B. Garças	—	20.000	9,7
Agropecuária Fazenda Bangú	1972	B. Garças	—	—	42,1
CORDON S/A Agropecuária Amazônia	1972	B. Garças	—	24.210	47,7
IBRAPA Cia. Bras. Agropecuária	1972	B. Garças	—	16.513	50,2
RODEIO Cia. Agropecuária da Amazônia	1972	B. Garças	—	24.200	46,7
Agropecuária ...?atão	1972	B. Garças	—	—	12,3
Agropecuária Tanguru S/A	1972	B. Garças	—	—	8,4
Almeida Prado Comercial e Pecuária S/A	1973	B. Garças	—	—	22,5
Tapiraguaia Agropecuária	1967	Luciara	—	21.923	3,4
Agropecuária S. Francisco do Xingú	1967	B. Garças	—	21.000	68,9
Agropecuária São José	1967	B. Garças	—	19.915 *	32,7
Agropecuária Santa Rosa	1967	Luciara	—	19.360 *	5,3
Agropastoril Nova Patrocínio S/A	1967	Luciara	—	26.810 *	4,1
Agropecuária Buritizal	1967	B. Garças	—	30.621 *	5,3

Agropecuária Tabajú	1968	B. Garças	—	19.931	4,6
Rancho Stº Antônio S/A	1968	B. Garças	—	21.780 *	6,4
APEVA Agropecuária Vale do Araguaia	1969	Luciara	—	72.588 *	30,6
JURUÁ	1969	B. Garças	30.000	18.254	1,9
Agropecuária Jica S/A	1973	B. Garças	—	—	21,7
Marruá S/A Agropecuária	1973	B. Garças	—	—	6,9
Agropecuária Continental S/A	1974	B. Garças	—	—	19,5
Cacifê Agropecuária Comércio e Indústria	1974	B. Garças	—	—	43,7
Agropecuária Pirumbá	1975	B. Garças	—	—	29,1
AGRONESIA Agropecuária Nova Esperança	1975	Luciara	—	—	36,8
A.C.N. Agropastoril S/A	1976	Luciara	—	—	75,4
Agropastoril Barra do Garças	1976	B. Garças	—	—	22,5
Primorosa S/A Agropecuária Indústria e Comércio	1976	B. Garças	—	—	62,2
Agropecuária Stª Izabel S/A	1978	S. Félix do Araguaia	—	—	31,7
Brinquedos Bandeirantes Agropecuária	1978	B. Garças	—	—	45,5

OBS.: Este quadro foi constituído com base na Relação de Projetos Aprovados fornecida pela SUDAM e nos dados coletados pela Profa. Maria Rita da Universidade do Pará nos arquivos da SUDAM.

* Estes dados foram tirados da obra de Casaldágia, Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social: 1971 - pp. 49 a 59.

2 - A Questão Social

As S/A também são criticadas enquanto modelo de ocupação da Amazônia e, os argumentos acionados por nossos informantes a este respeito, giram em torno de tres problemas: a) o pequeno número de empregos criados pelas S/A; b) a situação dos peões (durante e após a fase de implantação destas empresas); e, c) o caráter de empresa voltada para o exterior.

É indiscutível o fato de que durante a fase de implantação destes empreendimentos grandes contingentes de mão de obra são mobilizados para efetuar a limpeza do terreno (principalmente a derrubada das matas) e prepará-lo para a exploração econômica propriamente dita²⁶. Contudo, além das péssimas condições a que os peões (como são chamados os trabalhadores que atuam durante a fase de implantação destas empresas) são submetidos, passada esta primeira fase de

26 Algumas destas empresas comercializam parte das toras de madeira que são cortadas durante a limpeza do terreno.

desenvolvimento dos projetos estes trabalhadores são desvinculados da empresa, que reduz drasticamente o número de seus empregados.

QUADRO III
Mão de Obra Empregada em Um destes Empreendimentos, já Implantado,
Segundo a Função Desempenhada.

	Função	Nº de trabalhadores
Mão de obra fixa	Administrador	1
	Contador	1
	Motorista	1
	Tratorista	1
	Operadores	2
	TOTAL I	6
Mão de obra	Vaqueiros	8
	Braçais	3
	TOTAL II	11
	TOTAL GERAL (I+II)	17

OBS.: Estes dados foram retirados do projeto enviado à SUDAM pela CURUÁ S/A.

O Quadro acima é um bom exemplo dos poucos empregos criados pelas S/A. Por outro lado, a sua comparação com a estrutura organizacional destas empresas, assim como foi elaborada por Sterci (1977), a partir das representações de um grupo de peões egresso do Norte Matogrossense (ver página 30), sugere algumas diferenças entre estes empreendimentos que, como veremos adiante, podem implicar em estratégias e possibilidades de desenvolvimento distintas.

A falta de capacidade de absorção de mão de obra destes empreendimentos costuma ser atribuída à pecuária, cuja produção em grande escala, pode se realizar com o auxílio de poucos braços; "dez homens podem cuidar de cem mil cabeças de gado" (palavras de um vereador de Barra do Garças)²⁷. Aliás, de acordo com alguns informantes, a grande maioria das S/A da região dedica-se à pecuária com exclusividade e a atividade agrícola não costuma passar da plantação de uma pequena horta de "subsistência", além da formação e da manutenção dos pastos (ver página 31).

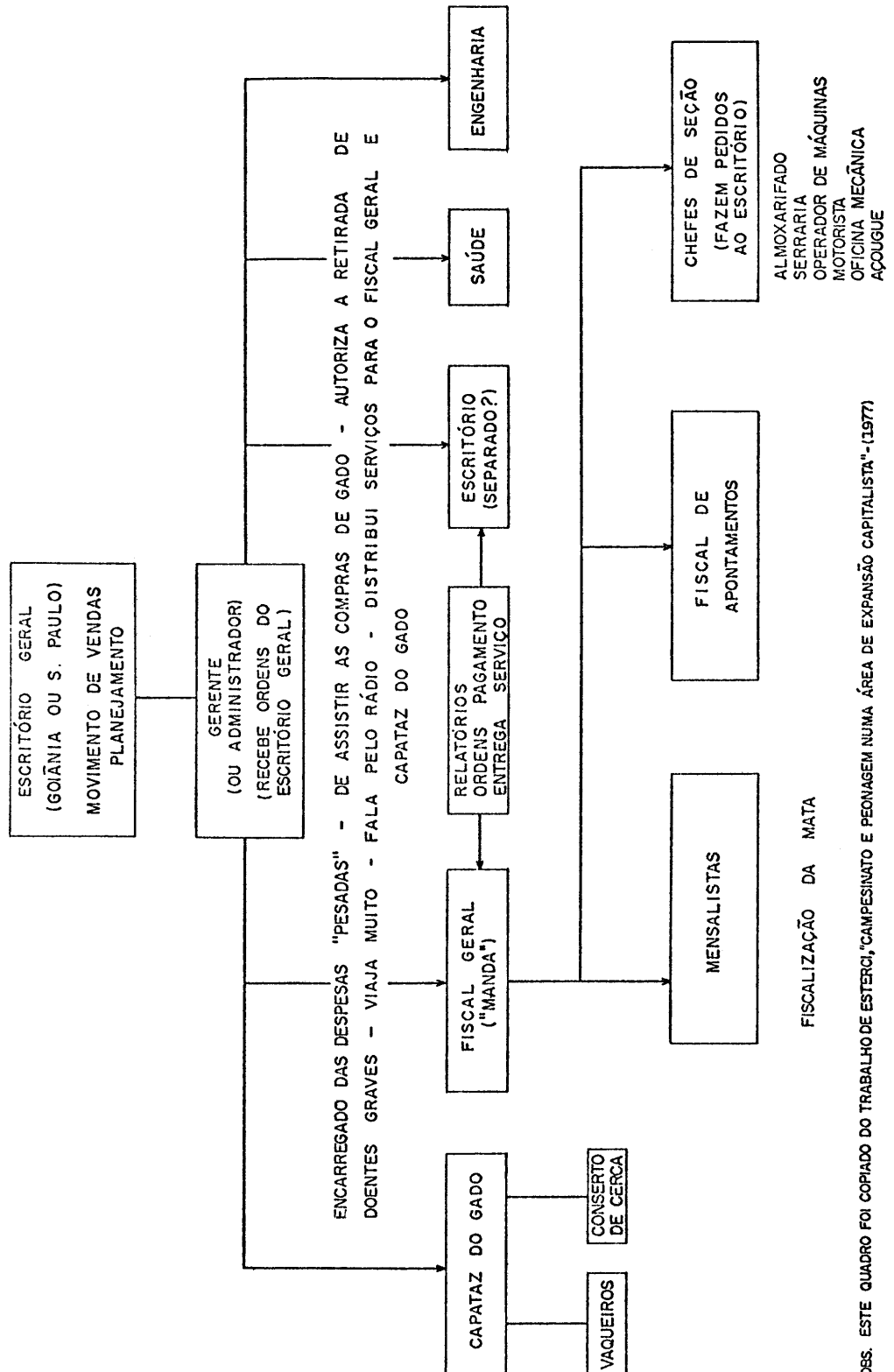
Neste contexto, o que mais sensibilizou nossos informantes (especialmente os políticos e os funcionários da cooperativa) foi as condições de trabalho dos peões (o sistema de subordinação econômica no qual estão inseridos) e o destino desta mão de obra quando as S/A já estão implantadas. Todas as entrevistas que falam sobre a situação dos peões nestes empreendimentos enfatizam a exploração a que estão submetidos:

"... os peões apanham, são presos, e não recebem seus salários".

"... os peões das S/A trabalham muito e não recebem..."

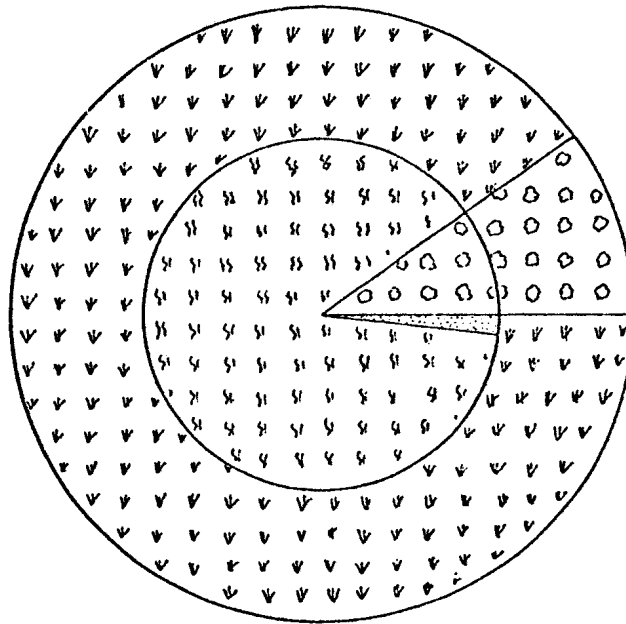
27 O problema dos poucos empregos gerados pela pecuária parece já estar preocupando o governo, pois, segundo o sub-gerente da agência local do Banco do Brasil, o POLOCENTRO (que atualmente é a linha de crédito de maior alcance na região) não aprova mais projetos que se dediquem apenas à produção pecuária.

"Na fase de implantação estas empresas (as S/A) contratam um empreiteiro chamado gato que se responsabiliza pela contratação dos peões e pela execução dos serviços. Passada esta fase, estes miseráveis são postos na rua sem dinheiro. O empreiteiro não paga nem a metade do que recebe..."



FAZENDA CURUÁ

FORMAÇÃO FLORÍSTICA E OCUPAÇÃO DA ÁREA



FORMAÇÃO FLORÍSTICA

OCUPAÇÃO



CERRADO (10%)



RESERVA (10%)



CAMPO NATURAL (90%)



PASTAGEM NATURAL (89%)



CULT. SUBST. E INFRAESTRUTURA (1%)

OBS. ESTE QUADRO FOI COPIADO DO PRIMEIRO PROJETO DA CURUÁ ENVIADO À SUDAM.

Estas afirmações parecem confirmar as declarações dos peões descritas por Sterci (1977), e que serviram de base para a autora caracterizar a relação de peonagem através da noção de imobilização por dívida, do sistema de remuneração por produção, da intermediação (desempenhada pelas diversas categorias de empreiteiro), e da "imobilização física através do confinamento espacial e/ou da força armada acionada pelas empresas" (1978:3).

Por outro lado, segundo o raciocínio de um importante político regional, o problema maior vem depois da implantação destes empreendimentos quando os peões ficam sem trabalho e não tem para onde ir. Pois, mesmo nas ocasiões em que estes indivíduos conseguem guardar algum dinheiro, raramente guardam o suficiente para poder voltar à sua cidade de origem²⁸. Diz ainda, que nestas circunstâncias os peões passam a invadir propriedades transformando-se em posseiros e enchendo o município destes aglomerados que "são grandes focos de tensão social"²⁹. Aqui o informante faz um paralelo com as empresas de colonização (projetos fundiários) que, nas suas palavras, "já trouxeram milhares de colonos para a região, com as suas famílias e com um compromisso de trabalho". Atenta também para o fato de que os colonos pegam grandes empréstimos no Banco do Brasil e não tem tempo para pensar em política porque tem que trabalhar muito para pagar a dívida e não perder a oportunidade³⁰:

"Quando o indivíduo está bem ele só pensa no seu negócio e não quer saber de política. Para ele não interessa saber quem são os políticos e qual o regime político do país. Para ele tanto faz ser uma ditadura ou uma democracia, o que lhe interessa é o seu negócio. De outra maneira, quando o indivíduo está mal, em péssimas condições de vida e sem perspectiva, é um revoltado e uma pessoa fácil de ser mobilizada para qualquer movimento de contestação. E é disto que o canalha do Bispo de São Félix está se aproveitando..."

Este político deve ter alguma razão em relação ao papel dos peões como engrossadores do contingente dos posseiros da região, e à tensão social daí decorrente. Entretanto não podemos esquecer que seu interesse em derrubar as S/A não deve ser de natureza exclusivamente política, pois, como dono do único cartório de terras da região, os colonos devem representar, para ele, um veio de ouro mais promissor do que as agropecuárias (as S/A) na medida em que possibilitam a realização de um volume maior de transações imobiliárias. Além disto, como mostra a Tabela abaixo, a agricultura, que só passou a ter importância na região após a implantação dos primeiros projetos fundiários, é a atividade produtiva que desconta mais impostos para o município e parece ter muito apoio dos políticos em geral.

28 A maior parte dos peões é composta por nordestinos que vem tentar a sorte no Norte Matogrossense, iludidos pelas estórias de boas condições de trabalho e de fortuna, contadas pelo gato (Sterci, 1977).

29 Provavelmente o informante está se referindo à estes povoados que se formam nas proximidades das S/A e que, como mostra Sterci (1977) servem de catalizadores de mão de obra para estas empresas, e de centro de diversões para os peões recém chegados à região, ou para aqueles que, tendo terminado as suas atividades na empresa na qual estavam engajados, aguardam novo recrutamento.

30 Sobre a dívida dos colonos e o sistema de financiamento ao qual estão submetidos, ver Cardoso de Oliveira (1981 e s.d.b).

TABELA VI
 ICM Recolhido pela Exatoria do Município Nos Exercícios de 1977 e 1978
 de Acordo Com as Principais Atividades Produtivas

Atividades produtivas	Discriminação anual	
	1977	1978
Comércio	Cr\$ 11.574.083,77	Cr\$ 22.489.902,88
Pecuária	Cr\$ 3.369.865,52	Cr\$ 6.702.485,49
Agricultura	Cr\$ 18.541.310,38	Cr\$ 28.587.139,06

OBS.: Os números desta Tabela representam apenas 80% do ICM arrecadado pela Exatoria que corresponde à percentagem a que tem direito o governo estadual.

Quanto a identificação das S/A como empresas voltadas para o exterior, as entrevistas apontam para dois problemas: a) produção dirigida exclusivamente para a exportação (seja ela para os estados do sul do país, ou para outros países); e b) a não utilização dos serviços da Cidade. A falta de vínculos mais estreitos entre a Cidade e as S/A faz com que estas empresas sejam representadas como um corpo estranho no município, que além de não ter trazido muitos benefícios para a população regional, é acusado de ter roubado parte do "capital" que deveria ser investido em Barra do Garças, através do desvio dos Incentivos Fiscais da SUDAM.

3 - Diferenças e Perspectivas

Como vimos, as S/A costumam aparecer no discurso da população regional como uma categoria única e homogênia. Entretanto, a confrontação das representações destes agentes sociais com alguns dados fornecidos pela SUDAM (Relação de Projetos Avançados, Julho de 1978) e outros retirados dos projetos enviados à esta instituição, indicam a existência de diferenças significativas entre estes empreendimentos.

As diferenças mais óbvias, que logo chamam a atenção do pesquisador, dizem respeito ao capital investido nestas empresas e à extensão da área que ocupam. Há empresas com "capital social autorizado" superior à Cr\$ 50.000.000,00, localizadas em propriedades com mais de 50.000 Ha., e outras cujo projeto não prevê uma aplicação de capital maior que Cr\$ 5.000.000,00 estabelecidas em fazendas com menos de 10.000 Ha.³¹.

31 A maior empresa da região, a Suiá Missu, ocupa uma área de 500.000 Ha. e, após a última reformulação do projeto submetida à SUDAM, em 1976, previa uma aplicação de capital da ordem de Cr\$ 357.976.378,00. Enquanto isto, a menor empresa em relação ao capital investido é a Duas Âncoras, com uma aplicação de Cr\$ 1.110.292,00 e o empreendimento implantado em menor extensão de terra é a Santa Luzia Agropecuária, ocupando uma área de 4.930 Ha.

TABELA VII
Distribuição das Empresas de Acordo Com o Capital Social Autorizado
Previsto nos Projetos

Capital Social Autorizado (Cr\$ em milhões)	Nº de Empresas
1,0 — 10,0	47
10,0 — 20,0	11
20,0 — 30,0	8
30,0 — 40,0	9
40,0 — 50,0	8
50,0 — 100,0	14
Mais de 100,0	1

OBS.: Os dados quanto ao capital investido (ou a investir) por cada empresa não se referem à uma mesma data e em alguns casos há diferenças superiores a 5 anos entre os dados fornecidos por uma e outra empresa. Desta forma, a Tabela deve ser relativizada pois a inflação não foi levada em consideração na sua elaboração.

TABELA VIII
Distribuição das Empresas
de Acordo Com Dimensão da Área Ocupada

Área Ocupada Pela Empresa (Ha)	Nº de Empresas
1.000 — 10.000	11
10.000 — 20.000	21
20.000 — 30.000	27
30.000 — 40.000	10
40.000 — 50.000	2
50.000 — 100.000	8
Mais de 100.000	2

OBS.: Não conseguimos este tipo de dado para todas as empresas. Assim, para um total de 98 empresas estabelecidas no Norte Matogrossense, até julho de 1978, apenas 81 figuram na Tabela.

Observando-se os dados apresentados nas Tabelas VII e VIII, nota-se que a maior parte das S/A, 59%, tem o capital social autorizado não superior a Cr\$ 20.000.000,00, sendo que em 48% delas os investimentos não ultrapassam a casa dos Cr\$ 10.000.000,00, e que 60% destas empresas tem a sua dimensão territorial igual ou inferior à 30.000 Ha.

Num primeiro esforço de ordenação deste material, e tendo como referência as Tabelas acima, poderíamos pensar numa classificação provisória destes empreendimentos como se segue:

Do Ponto de Vista da Dimensão Territorial das S/A (Ha).

de 1.000 a 20.000 — 32 empresas = 39% — pequenas
de 20.000 a 40.000 — 37 empresas = 46% — médias
com mais de 40.000 — 12 empresas = 15% — grandes

Do Ponto de Vista do Capital Investido nas S/A
(Cr\$ em milhões)

de 1,0 à 10,0 — 47 empresas = 48% — pequenas
de 10,0 à 40,0 — 28 empresas = 29% — médias
de mais de 40,0 — 23 empresas = 23% — grandes

Por outro lado, se tomarmos como critério de desenvolvimento econômico, para avaliar o desempenho destes empreendimentos, o número de reformulações de projetos efetivados por cada um deles³², verificaremos que apesar de ser grande o número de empreendimentos cujos projetos não foram reformulados, estes não passam de 49% do total das S/A estabelecidas na região. Isto é, de acordo com este critério é difícil crer que 90% ou 70% destas empresas, como sugerem nossos informantes, tenham fracassado.

Como mostra o Quadro IV 15% das empresas reformularam seus projetos por duas vezes ou mais, e 51% o fizeram pelo menos uma vez. Nesta perspectiva, se não tiveram o desenvolvimento esperado, também não fracassaram de todo. Mas, que empresas são estas? Quais são as que reformulam seus projetos e as que "preferem" abdicar dos Incentivos Fiscais da SUDAM? Quais são as determinações em jogo na escolha de um ou outro caminho de desenvolvimento? Em que medida as diferenças assinaladas nas Tabelas VII e VIII são responsáveis por esta decisão?

QUADRO IV
Discriminação das Empresas
Conforme o Número de Reformulações
a que Seus Projetos Foram Submetidos

Projetos	Nº de Empresas	Porcentagem
Sem Reformulação	43	49%
Com uma Reformulação	31	36%
Com duas Reformulações	12	14%
Com três Reformulações	1	1%
TOTAL (*)	81	100%

OBS.: Estes dados foram elaborados a partir da Relação de Projetos Aprovados, até julho de 1978, fornecida pela SUDAM.

(*) Neste quadro não foram incluídas as empresas que se estabeleceram a partir de 1973, cujos projetos não foram reformulados. Tomamos esta decisão porque, como o prazo médio entre a implantação do projeto e a primeira reformulação do mesmo é de cinco anos, não seria correto atribuir um tipo de desenvolvimento a estes empreendimentos antes que o prazo estivesse esgotado.

32 A reformulação do projeto é sinal de acumulação de capital, e acredito que seria muito difícil para uma empresa que tivesse desviado os Incentivos Fiscais para outros empreendimentos tivesse seu pedido de reformulação deferido, pois uma coisa é você conseguir subornar os fiscais da SUDAM para que não criem problemas na liberação das parcelas dos Incentivos Fiscais, e outra, é suborná-los para obter a reformulação de um projeto cujo desenvolvimento está muito aquém do que foi estabelecido.

Como sugere a última pergunta, nosso primeiro passo na tentativa de desvendar este problema foi a confrontação do Quadro acima com a classificação provisória que estabelecemos na página 36. Embora não haja uma identificação total entre o número de reformulações dos projetos (ou a ausência de reformulação) e o investimento de capital realizado por cada empresa, e (ou) a dimensão da propriedade em que estão implantadas, foram feitas algumas constatações interessantes através desta comparação.

a) Quanto as empresas que não reformularam seus projetos:

— apenas 12% (cinco empresas) tinham um investimento de capital superior a Cr\$ 10.000.000,00 e, assim mesmo, a que mais investiu tinha um capital social autorizado da ordem de Cr\$ 13.077.277,00;

— nenhuma destas empresas estava estabelecida em propriedades com mais de 40.000 Ha., e em 22 empresas (51%) a dimensão territorial varia entre 20.000 Ha. e 40.000 Ha. (não conseguimos este tipo de dado para quatro empresas);

— de acordo com a nossa classificação, do ponto de vista do capital investido 88% destas empresas seriam consideradas pequenas, sendo que as 12% restantes estariam entre as menores das classificadas como médias. Em relação à dimensão territorial, nenhuma empresa considerada grande faz parte deste grupo.

b) Quanto as empresas que reformularam seus projetos apenas uma vez:

— 24 empresas (77%) tem um capital social autorizado acima de Cr\$ 10.000.000,00, sendo que em dez delas (32%) o capital ultrapassa a casa dos Cr\$ 40.000.000,00, e somente 7 empresas (23%) investiram menos que Cr\$ 10.000.000,00.

— a maioria destas empresas (52%) estão localizadas em propriedades com mais de 20.000 Ha., sendo que a dimensão territorial de seis delas (19%) é superior à 40.000 Ha., e a área de 13 empresas (42%) não atinge 20.000 Ha. (não conseguimos este tipo de dado para duas destas empresas).

— dentro de nossa proposta de classificação apenas 23% destas empresas seriam identificadas como pequenas em relação ao capital social autorizado, e 13 empresas estariam nesta categoria do ponto de vista da dimensão territorial. Só uma destas empresas poderia ser considerada grande, ao mesmo tempo, em relação ao capital investido e à dimensão da área ocupada.

c) Quanto as empresas cujos projetos sofreram duas ou mais reformulações:

— 92% destas empresas aplicaram um capital acima de dez milhões de cruzeiros e em nove empreendimentos (69%) o capital ultrapassa a casa dos Cr\$ 40.000.000,00;

— o tamanho da propriedade de 11 empresas (85%) é superior à 20.000 Ha., sendo que em 46% destes empreendimentos (6) a dimensão territorial é maior que 40.000 Ha.;

— apenas duas empresas não poderiam ser identificadas como grandes tanto pelo capital investido como pela área ocupada;

— do ponto de vista do capital social autorizado para cada empresa apenas uma poderia ser considerada pequena e, em relação à ocupação territorial somente duas estariam nesta categoria;

— não mais que uma empresa poderia ser discriminada como pequena dos dois pontos de vista (capital investido e dimensão territorial) ao mesmo tempo;

— dentre as 20 empresas para as quais nos foi possível obter dados sobre a área de exploração econômica prevista no projeto e o tamanho da propriedade ocupada, a maior parte das que mostraram grande discrepância entre os dois tipos de dado, reformularam seus projetos pelo menos duas vezes e, segundo a nossa classificação provisória, poderiam ser identificadas como grandes empresas.

De fato o sistema de financiamento destes empreendimentos, com base nos Incentivos Fiscais da SUDAM, parece ter favorecido amplamente as grandes empresas que, conforme foi assinalado em nossas entrevistas, se por um lado teriam mais acesso aos recursos do FINAM (ou maior capacidade de captação de recursos antes da criação deste), sendo beneficiados na liberação dos Incentivos Fiscais, por outro, estariam mais capacitados à enfrentar os problemas decorrentes da demora na liberação dos recursos governamentais. Desta forma, cotejando as características destes empreendimentos apontadas por nossos informantes com a tentativa de classificação que esboçamos acima, poderíamos pensar não só numa estratificação destas empresas como em diferentes vias (ou estratégias) de desenvolvimento de acordo com cada categoria.

As empresas classificadas como pequenas, de acordo com nossos dados, tendem a abdicar dos Incentivos Fiscais, — em decorrência da discriminação a que parecem estar sujeitas na alocação destes incentivos e (ou) devido à falta de melhores condições econômicas que lhes permitam suportar a demora na liberação dos mesmos — , e, eventualmente, mudar ou diversificar a sua área de atuação econômica. Neste sentido, gostaríamos de sugerir três possibilidades de desenvolvimento para estas empresas: a) transformação em empresa de sociedade limitada com redução (as vezes bastante grande) dos investimentos na agropecuária e aplicação de recursos em outras áreas, como por exemplo, os projetos fundiários mencionados por nosso informante; b) falência total do empreendimento; e, c) venda do empreendimento para um grupo econômico mais forte que tenha condições de manter o vínculo com a SUDAM, beneficiando-se dos Incentivos Fiscais. É possível, inclusive, que os famosos desvios dos Incentivos Fiscais da SUDAM para o sul do país, abribuídos às S/A, ocorram com maior freqüência nas empresas enquadradas na segunda alternativa; não só como uma ação premeditada mas, também, como alternativa de sobrevivência econômica à situação que lhes foi imposta pelas condições de liberação dos Incentivos Fiscais que descrevemos acima.

Para os grandes empreendimentos a situação parece se apresentar de maneira inversa. Aqui, além das maiores facilidades na obtenção dos Incentivos Fiscais os eventuais atrasos na sua liberação podem ser suportados sem sacrifícios e não representam o mesmo risco que caracteriza a situação das empresas pequenas. De resto, a utilização dos Incentivos Fiscais nas empresas alocadas nesta categoria é duplamente

compensadora; pois, se a isenção de 50% do Imposto de Renda representa a recuperação de um montante de capital bastante razoável, para ser investido (bem como as demais vantagens de importação de equipamentos das quais também se beneficiam³³, por outro, a maior parte do empreendimento não é compartilhada com os sócios do FINAM devido ao artifício da divisão formal do mesmo entre a área subordinada ao projeto enviado à SUDAM, e a dimensão total da empresa. A persistirem as condições atuais de implantação e desenvolvimento dos Projetos Agropecuários e do sistema de fiscalização da SUDAM, as grandes empresas devem manter, ou mesmo aumentar, o seu ritmo de desenvolvimento.

Quanto as empresas de porte médio, a tendência parece ser a manutenção dos Incentivos Fiscais da SUDAM embora a sua transformação em empresa de sociedade limitada não esteja descartada. Por enquanto, só podemos dizer, que estes empreendimentos ao mesmo tempo que diferem das pequenas empresas por terem condições de manter o vínculo com a SUDAM, viabilizando seus projetos a situação de liberação dos Incentivos Fiscais, não tem, perante esta, a mesma autonomia que caracteriza os grandes empreendimentos, e não parecem utilizar a discriminação entre tamanho de propriedade e área do projeto como estratégia de desenvolvimento.

Finalmente, gostaríamos de enfatizar o caráter provisório da classificação que elaboramos e apontar alguns perigos da terminologia empregada na discriminação das três categorias de empreendimentos.

Em primeiro lugar, apesar dos dados sobre o capital investido nestes empreendimentos e a dimensão territorial da área a ser explorada por cada projeto apontarem para problemas e situações que estão sendo vividas pelas S/A, e permitirem algumas reflexões quanto aos diferentes caminhos trilhados por estas empresas, dizem muito pouco a respeito das relações sociais e da estrutura de produção que estão presentes em cada categoria que identificamos. Isto é, os dados utilizados não permitem uma compreensão mais precisa dos fatores que determinam o sucesso ou o fracasso das S/A, nem das razões pelas quais as empresas optam por uma ou outra estratégia de desenvolvimento.

Por último, a distinção entre empresas pequenas, médias e grandes não se traduz num continuum onde o segundo termo da expressão estaria a meio caminho da condição expressa nas extremidades da mesma. Quer dizer, como sugere a comparação dos dois quadros sobre a mão de obra empregada nestas empresas (ver pp. 28-30), que na realidade podemos estar tratando de empreendimentos estruturalmente distintos, cujas semelhanças não vão muito além do rótulo, S/A, que compartilham. Assim sendo, a mudança de pequena para média empresa não significaria a passagem de uma etapa de desenvolvimento para a outra, sem qualquer tipo de mudança de ordem estrutural (através de crescimento econômico, aumento de produtividade, aumento de capital investido e etc...), mas a transformação, mais ou menos radical, das relações de trabalho e da estrutura de produção da empresa, bem como do seu lugar e da sua performance no conjunto da economia.

33 Teoricamente, todas as S/A podem usufruir das mesmas vantagens, e tem os mesmos direitos.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. S.d.a -Breve Discussão sobre a Ocupação da Amazônia - Trabalho entregue ao Curso de Estudos de Problemas Brasileiros do Museu Nacional.
- _____. S.d.b -Campesinato e Cooperativismo: Algumas Notas Sobre a Situação dos Colonos Gaúchos no Norte Matogrossense, mimeo.
- _____. 1981 -Colonização e Diferenciação: os Colonos de Caranana. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ.
- CASALDÁLIGA, Dom Pedro. 1971 -Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social - Mato Grosso.
- ESTERCI, Neide. 1977 -Campesinato e Peonagem Numa Área de Expansão Capitalista, in Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, Coord. Moacir Palmeira.
- _____. 1978 -Projeto de Pesquisa: Um Estudo Sobre a Peonagem na Amazônia, mimeo.
- SHELTON, H. Davis. 1978 -Vítimas do Milagre: O Desenvolvimento e os Índios do Brasil. Zahar Editores.
- IANNI, Otávio. 1978 -A Luta pela Terra. Editora Vozes.
- _____. 1979 -Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia (1964-1978). Civilização Brasileira.

PERIÓDICOS E PUBLICAÇÕES DIVERSAS

- Moedas e Finanças - Abril/Junho de 1978 - Editora Publicidade Ltda.
- Gazita - nº 6 e 8 - Barra do Garças, Mato Grosso.
- Relação de Projetos Aprovados até Julho de 1978 - SUDAM.
- Projeto de Implantação da CURUÁ Agropecuária S/A - mimeo.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

Últimos títulos publicados

119. ALBERT, Bruce. URIHI: Terra, Economia e Saúde Yanomami. 1991.
120. WOORTMANN, Klaas Axel A.W. Modernização e Desenvolvimento. 1991.
121. VIANNA, Leticia C.R. A Idade Mídia: uma reflexão sobre o mito da juventude na cultura de massa. 1992.
122. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Direitos Humanos e Cidadania no Brasil: Algumas Reflexões Preliminares. 1992.
123. RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento. 1992.
124. TRAJANO FILHO, Wilson. O Auto de Carnaval em São Tomé e Príncipe: Fato e Texto, 1992.
125. CATULLO, Maria Rosa. Reconstrucción de la Identidad y Proyectos de Gran Escala: Ciudad Nueva Federación, Provincia de Entre Rios, Argentina, 1992.
126. BAINES, Stephen Grant. A Política Governamental e os Waimiri-Atroari: Administrações Indigenistas, Mineração de Estanho e a Construção de "Autodeterminação Indígena" Dirigida. 1992.
127. CARVALHO, José Jorge de. Antropologia: Saber Acadêmico e Experiência Iniciática. 1992.
128. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Os Grandes Empreendimentos Agropecuários na Amazônia (Relatório Parcial), 1992.

A lista completa dos títulos publicados pela **Série Antropologia** pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília
70910-900 — Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368

Fone/Fax: (061) 273-3264